

# Brasil violou direitos humanos

## *Famílias dos presos asfixiados em cela serão indenizadas*

O governo brasileiro vai reconhecer oficialmente, perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), que, em 1989, o Estado brasileiro cometeu um crime contra os direitos humanos. O crime resultou na morte de 18 presidiários, asfixiados numa cela minúscula de uma delegacia de São Paulo, ainda na gestão do governador Orestes Quércia. Naquele ano, três policiais - um delegado, um investigador e um carcereiro - prenderam os 18 presidiários numa cela da delegacia, após uma tentativa de fuga.

O caso foi denunciado à Comissão da OEA pela Human Rights Watch American, uma aguerrida Organização Não-Governamental (ONG) dos Estados Unidos. Quando tomou conhecimento do caso, há oito meses, o secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, procurou a OEA e a ONG para tentar um acordo que evitasse a condenação do Brasil. Por meio de um instrumento conhecido como "solução amistosa", ao qual o País nunca havia recorrido na OEA, Gregori reabriu o caso no Brasil para punir os culpados pelo crime, incriminá-los judicialmente, e indenizar as famílias das 18 pessoas mortas.

"Se fôssemos condenados, haveria a crucificação da política de direitos humanos do Governo e não dos governantes da época, que não fizeram nada para minorar os efeitos daquele crime brutal", explica o secretário José Gregori. Segundo ele, há pelo menos outros 20 casos na OEA de denúncias de desrespeito aos direitos humanos no Brasil, todos eles originados em casos sob a responsabilidade de governos estaduais. "O sistema internacional acaba suprimindo a ausência de instrumentos internos, suprimidos pelo federalismo extremado da Constituição", diz o secretário de Direitos Humanos. Gregori lembra que, antes da Constituição de 1988, havia maior ingerência do governo federal nos estados.

Em troca do pedido de solução amistosa na OEA, Gregori conseguiu que o governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), criasse uma comissão para preparar as indenizações das famílias dos presidiários mortos. Além disso, Covas reabriu a sindicância administrativa para punir os três policiais, que continuam trabalhando normalmente. A Justiça, por sua vez, está sendo instada a acelerar a tramitação dos processos judiciais contra os responsáveis pelo crime.



Arquivo

**Gregori: "Se fôssemos condenados, haveria a crucificação da política de direitos humanos do Governo"**